

ESTUDO DAS FONTES GERADORAS DE RENDA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – PASSOS MAIA/SC, COM ENFOQUE NA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL.

Seliane Pierezan¹.

Clarilton Cardoso Ribas²

Estevan Felipe Pizarro Muñoz³

INTRODUÇÃO

O município de Passos Maia, está situado na região Oeste de Santa Catarina, possui população estimada para Julho de 2008 de 4.578 habitantes segundo o IBGE⁴, desses 84,3% residem na área rural do município. Por conta desta estatística, a economia municipal tem por base a agricultura, seguida pelo setor madeireiro.

O elevado percentual de pessoas no meio rural, está associado em grande parte ao número de famílias assentadas pelo processo de Reforma Agrária, fruto das constantes ocupações, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que demonstrou a existência de extensas áreas sub-utilizadas, dentro dos limites de Passos Maia. Atualmente Passos Maia possui, segundo o Incra, 560 famílias assentadas, já ultrapassando o número de agricultores familiares tradicionais⁵ no município que é de 360, segundo dados da Secretaria de Agricultura.

O Assentamento Zumbi dos Palmares tem sua portaria de criação expedida em 14/03/1997, é o maior em número de famílias do município. Originou-se, da histórica ocupação da Fazenda Amexeira ocorrida no ano de 1995, onde aproximadamente 700 famílias amanheceram na área, umas das maiores ocupações ocorridas no Estado de Santa Catarina

Apesar da massiva Reforma Agrária ainda não ter ocorrido no Brasil, na legislação encontra-se inúmeras Leis, Instruções Normativas, Resoluções, acerca do processo de assentamento das famílias e a maioria se referem a temas cruciais para o estabelecimento das famílias na área, conciliando o não abandono das terras com a

¹ Bacharel em Agronomia e Mestranda do Curso de Agroecologia na Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: seliane@msn.com.

² Prof. Dr. do Depto de Zootecnia e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: ccribas17@hotmail.com.

³ Bacharel em Administração e Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: jacovan55@hotmail.com.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

⁵ Forma como se passou a chamar os moradores das Comunidades Rurais do Município de Passos Maia, diferenciando-os das Novas Comunidades de Famílias dos Assentamentos.

obtenção de renda suficiente para uma vida digna no meio rural, primando pelo respeito ao meio ambiente.

Atualmente, é a Instrução Normativa – Incra⁶ n° 15 de 30 de março de 2004, que regulamenta a implantação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento (PA). Consta nesta, que também é papel do Incra garantir a participação dos assentamentos nas atividades de planejamento e execução de ações relativas ao desenvolvimento territorial da área conquistada. Também, disponibilizar assistência técnica para definir o modelo de exploração da área, organização espacial, moradia, infra-estrutura básica, licenciamento ambiental de acordo com as leis em vigor. O MST também vem colaborando na implantação dos novos assentamentos, pelo acúmulo de experiências, contribuindo na formulação de metodologias de organização espacial e produtiva com olhar para o futuro do Assentamento.

Porém a grande maioria dos Assentamentos do Estado de Santa Catarina (SC) tem sua criação anterior à Normativa, portanto outro grande desafio é repensar o desenvolvimento dos Assentamentos criados há mais tempo, que não foram alvos das políticas recentes em torno da Reforma Agrária. Se torna imprescindível, fomentar a organização e a cooperação das famílias, reativar serviços sociais básicos, melhorar moradia, incrementar a quantidade e a qualidade da produção agrícola, adequar tais projetos as leis ambientais vigentes, para que os mesmos possam receber investimentos e mais que isso, realizar um trabalho efetivo de conscientização para respeito ao meio ambiente, tanto nas práticas produtivas quanto no dia-a-dia das pessoas. Com este foco é que surge a Resolução do CONAMA⁷ n° 289 de 25 de Outubro de 2001, homologada entre o Incra/SC e FATMA⁸, Órgão Ambiental Estadual, que oficializa o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de Outubro de 2003, estabelecendo as diretrizes para o licenciamento ambiental dos assentamentos novos e antigos.

Nesse contexto, também se insere o Assentamento Zumbi dos Palmares, no decorrer do processo de estruturação das famílias, as mesmas receberam créditos, moradia, organizaram seu lote para o processo produtivo agrícola. Atualmente, as famílias obtêm suas rendas principalmente da produção de grãos e leite e de atividades não agrícolas desenvolvidas no assentamento e no entorno.

⁶ Instituto Nacional de Colonização Agrícola e Reforma Agrária.

⁷ Conselho Nacional do Meio Ambiente, ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

⁸ Fundação do Meio Ambiente. É o órgão ambiental da esfera estadual do Governo de Santa Catarina.

O Termo de Ajuste de Conduta, resultou em vários estudos na área, destaca-se o documento intitulado Licenciamento Ambiental, patrocinado pelo Incra. O Licenciamento Ambiental do PA Zumbi dos Palmares reforçou novamente, o que já vem sendo há tempos preocupação dos que atuam na área: os danos de várias ordens causados pela produção de carvão. Este artigo, busca compreender quais as atividades com maior relevância na geração de renda para as famílias assentadas no Zumbi dos Palmares, e nesse contexto o que motivou a produção do carvão vegetal, que sem mantém até os dias de hoje, mesmo com todos os problemas ambientais e de saúde gerados. Para tal, serão ouvidas as famílias moradoras da área que participaram de todo processo de acampamento e sem mantém até hoje vivendo no lote conquistado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base nos objetivos do artigo, elaborou-se questionário com perguntas abertas e abordando os seguintes temas: rendas agrícolas e não agrícolas, produção de carvão vegetal, crédito rural e meio ambiente. Para fins de levantamento rendas agrícolas serão consideradas todas as rendas provindas de atividades agrícolas desenvolvidas no lote, e rendas não-agrícolas todas as demais rendas obtidas pela família. As demais questões se propunham a indagar sobre a produção de carvão vegetal, atividade presente no Assentamento. Também foram coletados dados secundários, como relatórios das Equipes Técnicas que atuam no Assentamento, documentos do Incra e materiais produzidos pelo MST.

É preciso estar ciente sobre o que representa o trabalho e sobre a importância das informações solicitadas. O agricultor precisa compreender que os dados fornecidos são necessários para a formulação de propostas mais consistentes e coerentes com a realidade da sua unidade de produção.

Portanto, para Lima (2001) são condições importantes na obtenção dos dados: ter clareza quanto aos aspectos da unidade de produção, a serem observados; saber de antemão o tipo de informações a serem coletadas; ter a garantia da participação consciente do agricultor ao fornecer os dados. Além disso, sempre que se fizer qualquer entrevista é indispensável à existência de uma base de apoio ou então um questionário bem estruturado de entrevista. A estrutura desse formulário segue a ordem dos aspectos

da unidade de produção a serem observados e contém as informações essenciais que devem ser obtidas pelos técnicos junto aos agricultores.

As entrevistas foram realizadas com as famílias legalizadas, residentes no Assentamento Zumbi dos Palmares. A opção por esse grupo se deu pelo fato de que vivenciaram toda história de formação do Assentamento, desde o processo de acampamento. A amostragem entrevistada foi formada, pelas famílias que participaram da oficina do Licenciamento Ambiental promovida pelo Incra. No total, foram entrevistadas 33% das famílias em situação regular na área de estudo.

Após a coleta de informações pela entrevista, foram elaborados gráficos com as respostas obtidas, constituindo a análise quantitativa dos dados, para entender a composição das rendas das famílias no Assentamento, bem como responder os demais objetivos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Reforma Agrária em Pauta

Desde 1946, as primeiras proposições acerca da Reforma Agrária, foram geridas na base de partidos políticos, movimentos religiosos e sociais, sugerindo a Reforma Agrária para o campo brasileiro, como contraponto a histórica concentração de terras.

Em 1964 a Reforma Agrária passa do campo político para o regimental. Segundo Stédile (2005), surge então a primeira lei de Reforma Agrária do Brasil, lei 4.504 de 30 de Novembro de 1964, também conhecida como o Estatuto da Terra, assinada pelo Presidente Castelo Branco, no primeiro Governo Militar do Brasil. Causa estranheza o fato que a primeira lei para Reforma Agrária tenha sido assinada por um governo militar, mas é aceitável se pensarmos na ascensão de lutas pela terra que vinha ocorrendo em todo território nacional, na Revolução Cubana de 1959 e na Reforma Agrária acontecendo em outros países da América.

Para Morisawa (2001) o Estatuto da Terra, foi realmente elaborado para favorecer os interesses dos trabalhadores rurais, prova disso é que na época houve

grande pressão contra a lei. Fato é que com o Estatuto da Terra, o Estado manteve a questão Agrária sob seu controle e as poucas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização.

O Surgimento do MST massificando a luta social pela Reforma Agrária

Segundo Caldart (2008), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje está organizado em 22 Estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste encontro de 1984 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: Lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa.

Segundo dados do movimento social, nos 16 anos completados no início do ano 2000, o MST já contabiliza um número de aproximadamente 250 mil famílias assentadas e de 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil. Registra em sua história áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, bem como de produção de alimentos para mais outras tantas.

O MST tem chamado a atenção dos diversos segmentos da sociedade por apresentar determinadas características que o distinguem em sua trajetória de movimento social de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Uma trajetória breve, diga-se, se o considerarmos dentro de um processo histórico mais amplo, mas longa se o compararmos com a maioria dos movimentos camponeses do Brasil.

No decorrer dos anos o MST tem ampliado seu universo de atuação e tem passado constantemente por mudanças organizacionais. Criou uma estrutura e uma identidade própria, seus setores conduzem trabalhos de estudos conceituais e práticos de acordo com os valores da organização, e a maioria de suas atuações e debates trazem a visão de uma nova sociedade. De acordo com Fernandes (2000), o processo de mudança

são elementos importantes da dinâmica dos movimentos sociais. Essas são fortes características do MST, de modo que, quando se estabelece uma atividade, ela está sendo praticada há tempos, porque ela surgiu da prática e ação, e não de um projeto previamente elaborado. A organização do Movimento vai sendo formada através da luta, não há e não havia formulas prontas e acabadas de como agir nas diversas e dinâmicas circunstâncias.

Os Planos Nacionais de Reforma Agrária

Na “Nova República”, em 1985 é retomada a discussão sobre a aplicação do Estatuto da Terra, tal responsabilidade é assumida pelo grupo coordenado por José Gomes da Silva (Presidente do já criado Incra). É elaborado o plano intitulado PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), para colocar em prática a lei criada em 1964.

Morisawa (2001) explica que o PNRA, durante sua tramitação pelo Congresso Nacional teve seu texto totalmente modificado, tornando-o impraticável. Insatisfeito com tal fato José Gomes da Silva e seus colaboradores deixaram o governo, mais tarde o plano também foi abandonado.

No governo Lula é aprovado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em Novembro de 2003 é apresentado a sociedade, durante a Conferência da Terra, em Brasília. O documento é divulgado também no Fórum Social Mundial de 2005. A cartilha repleta de frases de efeito descreve que “O meio rural brasileiro precisa se tornar definitivamente um espaço de paz, produção e justiça social”, e afirma que a Reforma Agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal, é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira.

Suas metas são representadas como o maior plano de Reforma Agrária da história do Brasil e prevê em seu texto ações para que as famílias possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia e Saneamento. Nesse novo modelo de Reforma Agrária a recuperação dos atuais e a implantação dos novos assentamentos contarão com assistência técnica, acesso ao conhecimento e as tecnologias apropriadas. Estarão orientadas por projetos produtivos adequados às potencialidades regionais e às especificidades de cada bioma e comprometidos com a sustentabilidade ambiental.

Dados do próprio governo revelam que no período 1995/2002 foram assentadas em média 65.548 mil famílias por ano, de 2003/2006, 100 mil famílias ano, 2004/2007, 130 mil famílias ano. Tais números geraram muitos debates e discordâncias entre governo e movimentos sociais.

Avanços metodológicos e operacionais nas áreas de Reforma Agrária

A partir do II PNRA intensifica-se as discussões não só sobre disponibilizar a área para o assentamento das famílias, mas sobre um conjunto de medidas que devem estar associadas para o sucesso da implantação e do futuro do Assentamento.

É a Instrução Normativa – Incra nº 15 de 30 de março de 2004, que está regulamentando sobre a implantação e posterior desenvolvimento dos projetos de Assentamento. Na Normativa está garantida a maior participação das famílias, nas atividades de planejamento e execuções de ações relativas ao desenvolvimento territorial. Acabando por exemplo, com os chamados “quadrados burros”, onde os lotes eram divididos nos escritórios do Incra e nem sempre as alocações feitas no projeto, na realidade representavam as melhores divisões.

A normativa também garante a Assistência Técnica desde a implantação do assentamento, para definir o modelo de exploração da área, organização espacial, moradia, infra-estrutura básica, licenciamento ambiental e serviços sociais (todo planejamento deverá respeitar as leis ambientais). Num foco mais abrangente, estabelece ser papel do Incra articular e integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, eletrificação rural, saneamento básico, necessários ao desenvolvimento do projeto de assentamento e possibilitar que as áreas reformadas sejam indutoras do desenvolvimento territorial combatendo as causas da fome e da pobreza.

2.5 Os créditos na Reforma Agrária

Após a criação do assentamento são celebrados contratos de concessão de uso entre as famílias e o Incra, adquirindo a condição de beneficiários da Reforma Agrária.

Após são concedidos os créditos de instalação, que estão regulamentados na Norma de Execução do Incra nº 67 de Novembro de 2007 e permite o suporte inicial aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária nos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo Incra.

Desde 2005, segundo Incra⁹ são cinco as modalidades de crédito:

- Apoio Inicial: Admite a aquisição de gêneros alimentícios, sementes, insumos agrícolas, ferramentas de trabalho, animais de tração, animais de pequeno porte, matrizes leiteiras, bens de consumo de primeira necessidade e indispensáveis a qualidade de vida, sendo vedada à aquisição de agrotóxicos, bebidas alcoólicas, fumo, armas de fogo e munição.
- Aquisição de Materiais de Construção: É disponibilizado perante laudo, para compra de itens necessários a construção da habitação rural e ao saneamento básico, permitindo-se também, o pagamento de mão-de-obra até o limite de 15% do valor dos recursos.
- Fomento: A modalidade fomento admite aplicação de bens de produção, insumos, mudas certificadas, matrizes e vacas leiteiras e na implantação de projetos coletivos de produção de máquinas agrícolas em condomínio, sendo vedada à aquisição de agrotóxicos.
- Adicional do Semi-Árido: Apóia a implantação de obras que visem proporcionar segurança hídrica as famílias, admitindo-se o pagamento de até 15% e complementaridade em ações e programas de combate a seca, quando autorizados pela Superintendência Regional do Incra.
- Recuperação de Materiais de Construção: Os recursos desta modalidade admitem aquisição de materiais de construção e mão-de-obra até 15% dos recursos, respeitando as indicações de laudo técnico individual e os valores apontados na planilha orçamentária. Poderão ser usados na complementação de iniciativas oficiais de financiamento para melhoria, reforma ou ampliação de unidades habitacionais.

Após o recebimento dos créditos iniciais e elaboração do PDA (Plano de desenvolvimento do assentamento), as famílias estão aptas a receber o seu primeiro

⁹ Dados encontrados na página www.incra.gov.br, em 20/10/2008.

crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Atualmente as famílias são beneficiadas com três modalidades de Pronaf A.

- Pronaf A recuperação: Disponibilizado a famílias, que passam a ser beneficiárias do programa de Reforma Agrária quando legalizadas ou realocadas em lotes vagos nos assentamentos antigos. Podem ser realizadas duas operações e adquiridos equipamentos, animais, calcário, etc, para estruturar o lote e iniciar a produção agrícola.

- Pronaf a Estruturação: É concedido as famílias que passaram pelo processo de acampamento, participaram da elaboração do PDA, para a estruturação produtiva do lote.

- Pronaf Custeio A/C: Financiamento adquirido para ser pago no período de um ano agrícola, a fim de comprar insumos, sementes e adubos para realizar lavoura no lote.

Os créditos destinados a Reforma Agrária necessitam de uma atenção especial, principalmente pelas equipes técnicas responsáveis, afinal são destes investimentos iniciais que permitirão o planejamento e a estruturação das atividades agrícolas no lote e a geração renda das famílias assentadas, que nos próximos anos, já iniciaram a pagar pelo recurso obtido. Na análise de Guanzirolli et al. (2003), em pesquisa realizada em bancos de dados da Reforma Agrária, tem-se uma difícil relação entre o crédito do Pronaf A e o acesso à assistência técnica pelo agricultor assentado destacam-se, inicialmente, duas constatações. Primeiro, é amplamente reconhecido que os assentamentos rurais, em sua maioria, se localizam em áreas “distantes e desprovidas de estruturas e meios adequados”, nas quais geralmente predominam condições agroecológicas adversas. Segundo, os diversos atores envolvidos reconhecem a importância da assistência técnica e da extensão rural na superação destas adversidades. Para a obtenção de crédito por intermédio do Pronaf A, a presença da assistência técnica torna-se necessária em dois momentos cruciais do processo: na elaboração dos projetos técnicos a serem submetidos à avaliação dos agentes financeiros e, mais adiante, quando o projeto é aprovado e contratado, no acompanhamento dos mesmos, garantindo orientação e apoio aos agricultores assentados.

Assessoria Técnica Social e Ambiental nos Assentamentos de Reforma Agrária - ATES

A Norma de Execução nº 39, de 2004, estabelece critérios e procedimentos referentes ao Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES. A partir desta, os assentamentos passaram a receber novamente atendimento técnico exclusivo das equipes multidisciplinares organizadas após firmado o convênio de prestação de serviço. Em Santa Catarina, o convenio da ATES foi firmado com a Cooptrasc (Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina) que dispõe de escritório central em Chapecó e escritórios regionais que atendem os assentados nos seguintes municípios: São Miguel do Oeste, Abelardo Luz, Passos Maia, Água Doce, Campos Novos, Fraiburgo, Calmon, Curitibanos, Rio negrinho, Vidal Ramos e Presidente Getúlio

As Rendas familiares no espaço rural

Segundo Schneider (2003), a discussão sobre agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil desde a década de 90. A expressão agricultura familiar parece ter sido encaminhada como uma nova categoria pelos movimentos sociais, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). As expressões pequenos produtores, ou simplesmente trabalhadores rurais, foi sendo substituída por agricultor familiar englobando assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros, ganhando mais força com o lançamento do Pronaf , crédito especial para a agricultura familiar, na lógica de ser uma categoria diferenciada e necessitava de políticas publicas específicas. A partir de então novas temáticas no meio acadêmico foram surgindo e a categoria passou a ser estudada com mais ênfase.

Dentre os novos estudos, destaca-se a dinâmica da agricultura familiar no espaço rural e suas mudanças estruturais, como por exemplo, a expansão das unidades familiares para pluriatividades. Na prática, uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades, mas cada vez menos ligadas ao cultivo da terra. Mas,

Schneider (2003) chama a atenção para as muitas diferenças conceituais quanto à pluriatividade. Uma de suas utilizações descreve o processo de diversificação do uso da força de trabalho que ocorre dentro e fora da propriedade, e pode apontar um conjunto de novas atividades no meio rural, se referindo ao fenômeno da combinação de múltiplas inserções produtivas por um indivíduo ou uma família.

Segundo Kageyama (2001), a renda das famílias agrícolas depende da combinação de três componentes: do valor obtido com a produção agropecuária (vendas e reserva para consumo próprio), dos salários recebidos pelos membros da família como empregados em outras explorações agrícolas e das chamadas “rendas não-agrícolas” (RNA), que compreendem recebimentos por atividades praticadas em outros setores da economia, pensões, aluguéis, juros, aposentadorias e outras fontes. Nesse caso o autor distingue os salários obtidos pelos trabalhos fora do lote das rendas “não-agrícolas”¹⁰ que seriam, para ele, rendas de outras fontes, de outros setores.

Segundo Graziano da Silva (1996), citado por Conceição (2006) a emergência das atividades não agrícolas pode ser decorrente do próprio processo de urbanização do campo, resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno. A segunda razão explicativa decorre da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir da abertura comercial dos anos noventa. Em trabalho recente, Graziano e Del Grossi (1999) mostraram que, na década de 90, especialmente no período pós-real, houve uma acentuada queda das rendas agrícolas.

Para Conceição (2006), das razões elencadas acima, a que parece ser mais fortemente sustentada empiricamente é a segunda. Realmente, o ambiente ao qual o setor agrícola é exposto na década de 90, onde estão incluídos o desmantelamento dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do crédito agropecuário) juntamente com a significativa queda nos recursos públicos destinados para a agricultura (infra-estrutura), pesquisa agropecuária, assistência técnica teve impacto decisivo sobre as condições de atuação do setor agrícola.

¹⁰ Para fins deste trabalho, serão consideradas todas as rendas não provindas de trabalhos agrícolas exercidos no espaço de cada lote, como sendo renda não agrícola.

O MST e algumas orientações para desenvolvimento dos assentamentos

Encontra-se no texto “Elementos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos de Reforma Agrária do Brasil”, de autoria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, listados elementos centrais para uma estratégia de desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária. Para o movimento social, um novo modelo tecnológico para a agricultura leva em conta os princípios da agroecologia, da preservação ambiental, o desenvolvimento de tecnologias adequadas e adaptadas à dinâmica produtiva de pequenas e médias unidades produtivas, contemplando:

- A redução no nível de riscos a que o agricultor está submetido, sejam estes riscos a saúde, ao meio ambiente, riscos de perdas econômicas, etc. Por exemplo seguro agrícola, para eventuais perdas na lavoura decorrentes de intempéries.
- Redução da dependência externa, portanto, elevação do grau de autonomia para poder níveis mínimos de produção, independente do acesso ao crédito governamental.
- Melhoria da capacidade de resistência econômica via a busca de redução de custos de produção, pela utilização de insumos alternativos e/ou produzidos dentro da propriedade ou por outros agricultores (mediados por relações de trocas solidárias).
- Perspectivas de enfrentamento político e ideológico com o modelo capitalista e com o controle pelas grandes empresas de sementes e insumos chaves de produção.

Um dos motivadores para a conversão agroecológica, é o incentivo a produção de sementes, através das diversas campanhas. As sementes além da carga simbólica, também é uma estratégia para a autonomia dos agricultores. Segundo o texto, a agroecologia para o MST é muito mais que abandonar as velhas técnicas, em abandonar pura e simplesmente a utilização de venenos, adubos solúveis e antibióticos ou hormônios. Na verdade ela exige uma postura muito mais ativa dos agricultores e técnicos para aprender com a natureza, para desenvolver novas técnicas, para incorporar novos métodos de observação, aprendizagem e testagem de produtos e processos. Exige também e trabalho continuado de recuperação da fertilidade do solo. É tomada então a decisão política de assumir a pesquisa tecnológica em agroecologia como uma questão estratégica em vista do rumo escolhido como modelo tecnológico para os

assentamentos, tendo uma visão integrada de que é preciso, a qualificação técnica dos agricultores, a formação de técnicos “pés-no-chão” e a constituição de uma rede de pesquisa em agroecologia.

As novas formas de Assentamento e a organização espacial das famílias na área

Para o MST as novas formas de assentamento devem estimular a convivência social, o desenvolvimento cultural, e a cooperação entre as famílias assentadas. Devem ser levados em conta as especificidades do terreno, a aptidão dos solos, o projeto produtivo a ser desenvolvido pelas famílias, reforçando ações de cooperação que assegurem condições de viabilidade econômica. O novo modelo ainda deve possibilitar e estimular a preservação ambiental e a produção agroecológica.

A aproximação das moradias é um estímulo à convivência e a participação social. Concebidos desde o início, esta estrutura física do assentamento terá mais dificuldades de regredir com o passar do tempo, estimulando a convivência, sua participação social e as ações cooperadas.

O ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

O assentamento Zumbi dos Palmares, maior em número de famílias do Município de Passos Maia, surgiu da histórica ocupação da Fazenda Ameixeira, formada com aproximadamente 700 famílias, denunciando a grande quantidade de terras existentes para fins de Reforma Agrária no território. O assentamento tem capacidade para 102 famílias, incluindo um grupo que optou pela organização coletiva e não divisão da área em lotes, atualmente são 63 o número de famílias assentadas regularizadas aptas a acessar todas as políticas do Incra e está situado a 21 km da sede do município de Passos Maia.

Dessa ocupação, além do PA Zumbi dos Palmares, originaram-se os assentamentos 20 de Novembro, 29 de Junho, Maria Rosa e Conquista dos Palmares, e

outras famílias transferidas para os municípios de Caçador e Campos Novos, originando os assentamentos Hermínio Gonçalves e Sepé Tiarajú, segundo relatos dos moradores

- A organização do Assentamento Zumbi dos Palmares

O Assentamento Zumbi dos Palmares pertence à Brigada Maria Rosa. Para o MST a junção de 500 famílias denomina-se Brigada, tendo cada uma nome específico.

As famílias do assentamento estão organizadas em Núcleos de Base, sob a responsabilidade de dois coordenadores, cada um possui em média 10 famílias. Os núcleos são importantes para a organização social e também para a Assistência Técnica, que realiza neles seus trabalhos.

- Educação no Zumbi dos Palmares

As crianças do assentamento e entorno com idade de pré-escolar até o ensino fundamental possuem toda infra-estrutura de ensino no Zumbi dos Palmares, inclusive instalações novas em uma escola bem equipada. Para continuidade dos estudos, os estudantes precisam se deslocar até a sede do município e para tal utilizam o transporte escolar. Também no assentamento existem turmas de alfabetização do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, implantado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e coordenado pelo Incra, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e MST.

- Atendimento a Saúde no PA

As famílias possuem acompanhamento das Agentes Comunitárias de Saúde que residem no assentamento, que atuam também na aplicação de práticas preventivas. O atendimento médico e odontológico é feito uma vez por semana no próprio assentamento, numa sala anexa a escola onde funciona de Posto de Saúde. Casos urgentes são encaminhados ao Posto de Saúde da sede do município e os mais graves transferidos para os outros municípios da região, como Xanxerê, Joaçaba ou Chapecó.

- Habitação

No assentamento a maioria das casas são de alvenaria. Segundo dados da Cooptrasc (2005) grande parte das casas está em condições regulares de conservação, faltando aspectos como forração, janelas, portas e banheiros em boas condições, faz-se necessário plano para melhoria das mesmas e garantindo assim, melhor qualidade de vida para as famílias.

- Assistência Técnica

O Assentamento é atendido pela equipe de ATES do Convenio Incra/Cooptrasc. A Prefeitura Municipal também disponibiliza assistência técnica e o principal programa operado no assentamento é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para compra da produção e posterior disponibilização para merenda escolar. A Epagri atua no assentamento, na coordenação dos trabalhos do Projeto Microbacias e também com uma Extensionista Rural que ministra cursos para as famílias assentadas.

- Estradas

O estado das estradas de acesso principal e secundarias (que fazem à ligação dentro do assentamento) pode ser considerado de nível bom a razoável. O Incra celebra seguidamente convênios com a Prefeitura Municipal para manutenção das estradas. De imediato a manutenção as estradas se apresentam em bom estado, mas com o passar do tempo, devido às chuvas e tráfego pequenos trechos se danificam dificultando o tráfego.

- Fontes extras de trabalho e renda

Muitas famílias residentes no assentamento dependem de trabalhos externos para complementar a renda familiar. Muitos realizam trabalhos temporários como os diaristas no rocio, as atividades desempenhadas nessa função destacam-se: preparação dos terrenos, o plantio e colheitas de culturas como: milho, feijão e maçã. Também são desempenhadas funções em outras áreas, a exemplo da construção civil, do transporte escolar, dos serviços gerais da educação escolar e da área saúde (no caso dos Agentes Comunitários de Saúde). O principal programa governamental no qual os assentados possuem cadastro é o Bolsa Família.

Os assentados ao serem questionados sobre o que gostariam de produzir para aumentar a renda familiar, segundo o Licenciamento Ambiental, responderam leite, mel, peixes, aves e porcos. Mesmo com algumas famílias explorando leite no assentamento, eles pretendem ampliar a produção, enquanto outros desejam iniciá-la. Para isto, é preciso relativo investimento.

- Comentários sobre a Produção de Carvão no documento Licenciamento Ambiental do PA Zumbi dos Palmares.

O carvão vegetal é produzido a partir da lenha pelo processo de carbonização. A carbonização da lenha é praticada de forma tradicional em fornos de alvenaria com ciclos de aquecimento e resfriamento que duram até vários dias. Os fornos cilíndricos com pequena capacidade de produção, sem mecanização e sem sistemas de recuperação de alcatrão continuam sendo os mais usados. A temperatura máxima média de carbonização é de 500°C.

A produção de carvão vegetal implica na dispersão de grandes quantidades de matéria e energia, iniciada com a derrubada da mata e prosseguindo durante o processo de carbonização, uma vez que as instalações existentes são projetadas apenas para o aproveitamento do carvão vegetal, perdendo-se os elementos voláteis. Durante a carbonização, a madeira, pela ação da temperatura, é decomposta em um produto sólido, o carvão vegetal. Já os gases voláteis, compostos de uma fração que pode ser liquefeita – o material pirolenhoso – são decompostos em uma fração não-condensável.

Assim, do processo de carbonização aproveita-se apenas o carvão vegetal, dispersos os gases, vapores d'água, líquidos orgânicos e alcatrão – este último de significativo valor comercial e elevado poder calorífico. Normalmente, a lenha utilizada para a produção de carvão é retirada do próprio lote, no assentamento, ou nas áreas adjacentes. A espécie preferida, relatada pelos assentados é o angico, porém nos últimos anos, tem-se utilizado os bracatingais. Não há qualquer requisição para corte ou venda durante o processo de produção de carvão (desde a extração da Bracatinga até a produção de carvão nos assentamentos), apenas a carvoaria que faz a comercialização final possui registro no IBAMA.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre as rendas brutas anuais das famílias

Das famílias entrevistadas, 33% possuem rendas anuais de atividades agrícolas, dessas todas tem complemento de rendas provindas de outras atividades. A maioria das famílias, 66% possuem apenas rendas de atividades não agrícolas, sendo que a produção no lote é apenas de alimentos básicos para o consumo familiar.

Observa-se que a maioria das famílias possui renda agrícola provinda da atividade leiteira, com venda do leite e do queijo, seguido pela produção de feijão, sendo por último o arroz. A maior renda bruta anual segue a mesma seqüência: leite, seguido pelo queijo, feijão e arroz. Assim, a venda de leite e seus derivados é o que propicia o maior aporte de recursos na propriedade durante o ano e é executada pelo maior número de famílias.

Sobre as rendas advindas de outras atividades exercidas no lote

Nesse mesmo contexto, foram indagadas sobre as rendas não provindas de atividades agrícolas exercidas no lote. Neste caso as atividades podem ser: Trabalho fora de lote, atividades extrativistas, benefícios sociais, construção civil, prestação de serviços públicos.

A produção de carvão é que obteve o maior número de repostas, sendo a que está mais presente como geradora de renda não agrícola nos lotes, seguido pelos benefícios do Programa Bolsa Família do Governo Federal¹¹, dos benefícios da Pensão ou Aposentadoria, Empreitadas (trabalhos fora do lote com remuneração mensal ou diária), e por último o serviço comunitário de Agente de Saúde. A maior renda bruta anual é obtida da Pensão e Aposentadoria, seguido pelo serviço de Agente de Saúde.

¹¹ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006 (informação do site: www.mds.gov.br)

Quanto à renda bruta o carvão apresenta com a terceira maior renda anual obtida pelas famílias do PA Zumbi dos Palmares.

-Questões sobre a produção de carvão

O documento Licenciamento Ambiental em sua conclusão sobre a infraestrutura aponta que o maior problema do assentamento reside na dependência da produção de carvão para a sobrevivência. É uma atividade de puro extrativismo vegetal que acaba depredando as matas nativas restantes podendo acarretar em diversos problemas para os assentados. Essa prática prejudica o habitat e os locais de abrigo e reprodução da fauna local. Segundo dados do licenciamento, 80% dos fornos de carvão estão ativos na região”. Outras conclusões que o documento traz é que a maioria das famílias tem no carvão a renda principal, e que este constitui o principal produto da economia do assentamento.

Perguntados sobre por que iniciou a produção de carvão, 66% respondem dizendo que não havia outra fonte de renda, 17% por que não sobrava lucro da lavoura e os 17% restantes para aproveitar a madeira do lote. As duas primeiras respostas, se completam, pois nos primeiros anos no assentamento Zumbi dos Palmares a principal atividade geradora de renda , apoiada pelos primeiros créditos, foi a condução de lavouras para a produção de grãos, portanto 83% não tiveram sucesso esperado nas atividades potenciais geradoras de renda quando aplicaram os primeiros créditos no lote.

Tais respostas reforçam a importância do cumprimento da Instrução Normativa do Incra nº 15 de 2004, que garante a Assistência Técnica desde o início da implantação do Assentamento a fim de definir a forma de exploração da área, e promover a exploração racional e sustentável da área e a melhoria da qualidade de vida dos assentados. Assentamentos que não passaram pelos processos de acompanhamento e planejamento acima citados, sofrem atualmente, problemas ambientais, de produção e principalmente financeiros.

A maioria das famílias, 61% responderam que não gostam de produzir carvão, mas que pela falta de renda, foram “obrigadas” a iniciar a produção. Surge então nas respostas de 33% das famílias questões relacionadas com problemas de saúde gerados pela atividade do carvão, nas respostas espontâneas. No conjunto das respostas, 61%

das famílias usaram a expressão “Não gosta mas se obrigou a fazer”, para responder o questionamento, 22% consideram a atividade boa por causa da renda e ruim pelos problemas de saúde para quem pratica a atividade, 11% consideram ruim pelos problemas de saúde e apenas 6% admitem gostar de produzir carvão.

Quando o comentário é sobre a existência de algum problema de saúde na família causado pela produção de carvão, 75% das famílias respondem afirmativamente. Os principais problemas de saúde citados foram: problemas respiratórios, irritação nos olhos, ressecamento da pele, dores na coluna, desmaios no forno por causa do calor, dor nas articulações, fadiga, dores de cabeça, agravos nos problemas de cardíacos e de pressão alta.

Das famílias que responderam o questionário 90% afirmaram não ter nenhuma experiência na produção de carvão, que o motivador para o início foi a necessidade de obtenção de renda ou para aproveitar a lenha existente no lote. Quando perguntados se gostariam de parar com a produção de carvão e obter a renda de outra atividade, todas as famílias responderam afirmativamente.

A atividade leiteira se destaca na preferência das famílias, em substituição a atividade do carvão, 72% das famílias responderam que gostariam de produzir leite, 14% optam pelo leite e grãos, 7% criação de suínos, gado de corte e leite e outros 7% não sabem que atividade gostariam de realizar em substituição ao carvão. Todos os entrevistados consideram que precisam de crédito para iniciar a nova atividade, sendo que uma parte 25%, também responderam que necessitam melhorar as condições do solo. Conclui-se que 100% das famílias precisam de crédito para estruturar novas atividades no lote, desses apenas 14% estão aptos a receber.

O Licenciamento Ambiental sugere que para exploração adequada do carvão seria necessária orientação dos técnicos para implantar planos de manejo, principalmente a condução de bracatingais, com base nessa afirmação, foi perguntado se as famílias gostariam de continuar produzindo carvão se a atividade fosse legalizada:

Os problemas de saúde desmotivam 57% das famílias em continuar na atividade, 37% continuariam produzindo por que já estão habituados e por causa da renda, e 6% apenas se fosse necessário ao complemento da renda.

Quanto aos problemas ambientais

A maioria das famílias, 95%, consideram que o desmatamento é o principal problema ambiental do Assentamento Zumbi dos Palmares, 5% afirmam não haver problema ambiental no PA. Para os que consideram o desmatamento como principal problema ambiental do assentamento, 40% responderam que desmatamento foi realizado para realizar lavouras na área, 30% dizem ser para lavoura e carvão, 20% afirmam que o desmatamento ocorreu por não terem informação sobre a ilegalidade da supressão da vegetação e 10% admitem o desmatamento ter ocorrido para fazer carvão.

Portanto em 70% das respostas o carvão aparece como sendo uma das possíveis causas do desmatamento. Confirmando a afirmação encontrada no Licenciamento Ambiental que a florística do Assentamento encontra-se intensamente degradada pelo corte seletivo das áreas florestadas, desmatamento para o cultivo agrícola e produção de carvão. Perguntados se a família se preocupa com os problemas ambientais do Assentamento, todas responderam afirmativamente.

Famílias que pararam de produzir carvão

Algumas famílias já não produzem mais carvão e os motivos alegados foram 40% por problemas de saúde, 20% por causa da fiscalização dos órgãos ambientais, 20% pela idade avançada os outros 20% por que os filhos não quiseram continuar com a atividade. No PA 24% das famílias já foram multadas pelos órgãos ambientais competentes, por causa da atividade do carvão

Continuidade da atividade de carvão

Na avaliação das famílias, a maioria considera que a produção de carvão, pelos recursos disponíveis atualmente no seu lote, se manterá no máximo por dois anos, 31% por mais um ano, 13% por mais meio ano, 6% por mais 3 anos e outros 6% por mais cinco anos. 88% das respostas confirmar que no período de 2 anos a produção de carvão terá que ser substituída no PA, se nenhuma medida de substituição, for adotada antes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após entender aspectos importantes da legislação atual em torno da Reforma Agrária, compreender as proposições do MST sobre a implantação e acompanhamento aos Assentamentos e relacioná-las com a história do PA Zumbi dos Palmares e com seus aspectos mais diversos: como a geração da renda familiar, o surgimento da produção de carvão vegetal, a situação de inadimplência das famílias, percebe-se que as preocupações em torno de um amplo trabalho de recuperação e com o futuro dos Assentamentos é pertinente.

Do conjunto das famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares, 33% obtém rendas anuais de atividades agrícolas, se destacando a atividade leiteira (24% das famílias) como mais executada e ao mesmo tempo a que gera maior renda bruta anual. Outras rendas são obtidas pela venda do queijo (5% das famílias), de feijão (9%) e de arroz (5%). Mesmo estas famílias realizam alguma atividade não agrícola para complemento de renda durante o ano.

A maioria das famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares, 66% tem nas atividades não agrícolas suas únicas fontes de renda. As atividades agrícolas cumprem o papel de fornecer alimento a família, não gerando excedentes para comercialização. A atividade mais executada no Assentamento é a produção de carvão vegetal, presente em 76% dos lotes, responsável pela terceira maior renda bruta anual. As famílias que agregam a maior renda bruta anual são as que recebem Pensões ou Aposentadorias (38%) e as que realizam trabalho de Agente Comunitária de Saúde (9%), em quarto lugar na geração de renda está o recebimento por trabalhos fora do lote ou empreitadas (23%) e os benefícios do Bolsa Família são os que fornecem a menor renda bruta anual, mas atinge 56% das famílias.

Pelas respostas obtidas conclui-se que as famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares, obtém renda principalmente de atividades não agrícola, destacando a atividade do carvão como sendo a mais exercida no Assentamento. De todas as fontes de renda a que fornece maior renda bruta anual são os benefícios de Pensão ou Aposentadoria. As famílias durante o ano recorrem a mais de uma fonte geradora de renda e ainda assim, 81% das famílias consideram suas rendas insuficientes para a família atender suas necessidades básicas.

A atividade do carvão no PA surgiu da necessidade de obtenção de renda e pela oportunidade do aproveitamento da lenha resultante da abertura de áreas para lavoura, 90% das famílias não tinham nenhuma experiência na atividade. Conclui-se, portanto, que a aplicação do primeiro crédito recebido, não resultou em geração de renda suficiente e as famílias passaram por conta própria buscar alternativas para se manter na área. Não tendo renda suficiente para pagar as primeiras parcelas do crédito recebido, segundo a pesquisa, 86% das famílias se encontram hoje inadimplentes.

A maioria das famílias (61%) revelaram não gostar de produzir carvão vegetal, o único ponto positivo que motiva continuar com a atividade é mesmo a obtenção de renda. Como pontos negativos da atividade, são apresentados a penosidade do trabalho, os problemas de saúde e a degradação ambiental. Pelas respostas obtidas, podemos afirmar que o maior motivador para o abandono da produção de carvão, são os problemas de saúde enfrentados pelas pessoas que se ocupam nos fornos.

Todas as famílias revelaram preocupar-se com os problemas ambientais do Assentamento e destacam como sendo o desmatamento o maior problema. Em 70% das respostas o carvão aparece como sendo motivador do desmatamento. A produção de carvão vem se tornando insustentável, 88% das famílias afirmam, que pelas condições de seu lote, dentro de dois anos a atividade de carvão precisará ser substituída, se nenhuma medida for adotada antes.

Na preferência das famílias, a substituição da atividade do carvão, se dará pela atividade leiteira, importante fonte geradora de renda mensal aos agricultores. Algumas famílias demonstram interesse em planejar e conduzir corretamente bracatingais, para legalizar a produção de carvão.

Desta maneira, há a necessidade de um trabalho técnico pontual para recuperar as atividades geradoras de rendas agrícolas e de incentivo a novas alternativas, permitindo a substituição da atividade do carvão, na forma que vem sendo executada atualmente. Segundo as famílias, o caminho a ser percorrido passa primeiro pela recuperação do crédito. Mais uma vez se percebe a importância do crédito e da assistência técnica serem políticas públicas complementares. Como a renegociação das dívidas depende das esferas governamentais, sugere-se então, que o trabalho de assistência técnica trabalhe e motive a produção leiteira, ou outras atividades possíveis de interesse das famílias, de acordo com as condições em cada lote.

Conclui-se que tão importante quanto primar pela qualidade no processo de implantação dos novos Assentamentos em Santa Catarina, é um efetivo plano de recuperação dos Assentamentos criados há mais tempo: na infra-estrutura, na organização social e principalmente na estruturação de atividades agrícolas para que gerem rendas suficientes, consolidando os territórios de Reforma agrária como verdadeiros espaços de resistência, de produção agrícola com respeito ao meio ambiente e de qualidade de vida para as famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, R. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, extraído da página http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0142001000300016&script=sci_arttext&tlng=en, dia 30-09-2008.

Cartilha. **II Plano Nacional de Reforma Agrária, paz, educação e qualidade de vida no meio rural**. Edição especial para o 5º Fórum Social Mundial. 2005.

CONCEIÇÃO, P.H.Z.da; CONCEIÇÃO, J.C,P,R,da. **Atividades não-agrícolas no Brasil Rural**. In Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Novembro de 2006, Quito, Equador.

COOPTRASC. **Plano de Recuperação Ambiental – PRA Zumbi dos Palmares**, 2005.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997**. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA

Documento: **Licenciamento Ambiental do PA Zumbi dos Palmares**. Incra/VPC Brasil. Setembro de 2006.

Documento: **Manual Operacional de ATEs**. Incra. Acessado no site www.incra.gov.br, em 25/09/2008.

FERNADES, B.M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, ed. Vozes, 2000.

GUANZIROLI, C.E; BRUNO, R; SOUZA, I.C.de; DIAS, M.M; **Assistência Técnica para Assentamentos Rurais. Análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER)**. Relatório de Consultoria, Rio de Janeiro/Brasília, 2003.

IBGE. Censo Agropecuário Municipal, 2006 e 2007.

Instrução Normativa Incra nº 15, de 30 de Março de 2004.

KAGEYAMA, A. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**. Agricultura São Paulo. 2001. Pesquisa encontrada no site www.ceul.ufms/revista=geo/n4_art_05.pdf. Acesso em 01/10/2008.

LIMA, A. J. P. de et. Al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2001.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

Norma de Execução Incra nº 39 de 30 de Março de 2004.

Resolução do CONAMA [nº 284, de 30 de agosto](#) de 2001.

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais . Vol 18. n 51, Janeiro/2003.

STÉDILE, J.P; **A questão agrária no Brasil 3: Programas de Reforma Agrária 1946-2003**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 240 p.

Sites consultados

www.mds.gov.br

www.incra.gov.br

www.mst.org.br